



O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA CONSTRUÇÃO DA EUROPA MEDIEVAL

Adelaide Millán da Costa
Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente, eds.



O PAPEL DAS PEQUENAS
CIDADES NA CONSTRUÇÃO
DA EUROPA MEDIEVAL

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 17

O PAPEL DAS PEQUENAS
CIDADES NA CONSTRUÇÃO
DA EUROPA MEDIEVAL

ADELAIDE MILLÁN DA COSTA
AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
Editores

Textos seleccionados das I Jornadas Internacionais de Idade Média “O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval” (Castelo de Vide, 6 a 8 de Outubro de 2016).

Os autores portugueses optaram por não seguir o acordo ortográfico em vigor.

Arbitragem Científica:

Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)

Antonio Malpica Cuello (Universidade de Granada)

Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)

Denis Menjot (Universidade Lyon 2)

Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)

Jean-Luc Fray (Université Clermont Auvergne)

João Luís Inglês Fontes (Universidade Nova de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa)

José Avelino Gutiérrez González (Univesidade de Oviedo)

María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)

Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)

Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval
Editores	Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem da capa	“Vista geral de Castelo de Vide” (pormenor) © Armando Frazão www.armandofrazaao.com Dreamstime.com
Colecção	Estudos 17
ISBN	978-989-99567-7-3 (IEM) 978-972-9040-14-6 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	431460/17
Impressão	Palma Artes Gráficas, Lda.

Índice

Nota de abertura	11
<i>António Pita</i>	
Apresentação	13
<i>Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente</i>	
PARTE I	
<i>Estado da Arte, Metodologia e Teorização.....</i>	17
Procesos de formación de ciudades altomedievales en el norte peninsular.....	19
<i>J. Avelino Gutiérrez González</i>	
L'étude des petites villes médiévales en milieu de moyenne montagne. Quelques réflexions épistémologiques et méthodologiques à travers les historiographies de langues française et allemande.....	87
<i>Jean-Luc Fray</i>	
Pre-Modern Small Towns: Problems and Perspectives	119
<i>Peter Clark</i>	

PARTE II

A Materialidade das Pequenas Cidades 141

Antes da vide e do castelo: arqueologia da Alta Idade Média no território de Castelo de Vide 143

Sara Prata, Fabián Cuesta-Gómez

Restos materiales del papel de Algeciras en la conquista almorávide de al-Andalus..... 161

María Marcos Cobaleda

La alcazaba y la ciudad de Guadix (Granada). Perspectivas desde la Arqueología de la Arquitectura 177

Jorge Rouco Collazo

O registo arqueológico de um centro urbano periférico do Médio Tejo: Torres Novas, séculos XII-XIV..... 197

Marco Liberato, Helena Santos

PARTE III

A Organização do Espaço nas Pequenas Cidades 213

Configuración urbanística y edilicia de una ciudad de segundo rango del Suroeste de Castilla: el caso de Niebla (Huelva) en la Baja Edad Media 215

Enrique Infante Limón

La forma urbana de Cuéllar y Sepúlveda, dos ciudades fortaleza de frontera en Castilla..... 233

José Miguel Remolina Seivane

Sociedad y conformación urbanística en la Alta Extremadura (siglos XIV-XVI): los trazados de Cáceres y Valencia de Alcántara..... 255

Julián Clemente Ramos, Luis Vicente Clemente Quijada

The 3D reconstruction of a medieval city: the example of Senlis (Northern France) 271

Mathieu Lejeune, Eduard Antaluca, Fabien Lamarque, Jean-Louis Batoz

PARTE IV

***As Funções Económicas das Pequenas Cidades*.....285**

Caracterização e funcionalidade de um porto atlântico em finais da Idade Média: o exemplo de Cascais287

Marco Oliveira Borges

¿Una pequeña villa costera medieval con escasa proyección marítima? Reflexiones en torno a la economía de Orio (Gipuzkoa) a fines de la Edad Media..... 317

Iago Irixoa Cortés

Pescadores, mulateros y mercaderes de los puertos cantábricos: la distribución del pescado irlandés en el norte de Castilla a finales de la Edad Media? 341

Javier Añibarro Rodríguez

PARTE V

***O Domínio Régio e Senhorial sobre as Pequenas Cidades*..... 357**

Covilhã e Castelo Branco – Duas vilas medievais do Interior Beirão..... 359

Maria da Graça A. S. Vicente

El trato documental de los Trastámara castellanos con sus reales sitios 373

Nicolás Ávila Seoane

Las villas del triángulo trastámara y la corte de los reyes durante el siglo XV 399

Óscar López Gómez

A gestão do património urbano da Ordem Militar de Santiago em Setúbal no final do século XV: indícios de uma polarização regional?..... 419

Ana Cláudia Silveira

Hierarquias eclesíásticas em conflito na diocese de Coimbra: a dízima de São Pedro de Bruscos no século XIV443

Maria Amélia Álvaro de Campos

PARTE VI

Elites e Representações Políticas nas Pequenas Cidades 465

La estructura del poder de las élites andaluzas bajomedievales: Familiares, amigos y vecinos El caso de Jerez de la Frontera (España)..... 467
Enrique José Ruiz Pilares

Le grand essor culturel des petites villes. Le paysage urbain du Saint Empire entre la fin du Moyen Âge et le début des Temps Modernes..... 485
Gisela Naegle

Marthe et Marguerite, deux saintes patronnes de villes secondaires en Méditerranée (Provence-Toscane, XII^e-XV^e siècles)..... 513
Céline Perol

PARTE VII

Pequenas Cidades em Rede 529

Las actividades marítimas como foco de desarrollo de las pequeñas villas vascas en la Edad Media 531
Sergio Martínez

Coroa, as vilas e o mar: A rede urbana portuária do Algarve (1266-1325) 547
Gonçalo Melo da Silva

Les petites villes à l'ombre de Paris au XV^e siècle: hiérarchie et relations interurbaines dans la région parisienne 577
Pierre-Henri Guittonneau

A Coroa, as vilas e o mar: A rede urbana portuária do Algarve (1266-1325)

*Gonçalo Melo da Silva*¹

Resumo

Em 1249, a conquista dos últimos bastiões do poder muçulmano no Algarve marcou simbolicamente o encerramento do processo de *Reconquista* no reino português e o início do aprofundamento das estratégias levadas a cabo pela Coroa a fim de reorganizar o território do reino e, por conseguinte, fortalecer o exercício da sua autoridade, na qual as vilas, sobretudo as portuárias e as suas receitas fiscais desempenham um papel fundamental. O presente estudo pretende contribuir para esclarecer a estratégia desenvolvida pela Coroa para enquadrar e reforçar o seu poder no Algarve através da fundação de uma rede urbana portuária, composta por vilas de pequena e média dimensão. Nesse sentido, procuraremos apresentar as primeiras impressões de investigação sobre a correlação entre os aspetos geográficos que as condicionavam e as estratégias dos poderes em presença e o papel que tal teve no seu desenvolvimento e articulação.

Palavras-chave

Paisagem medieval; Urbanização do Litoral; Cidades Portuárias; Núcleos urbanos pequenos e médios; Poder régio.

¹ Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/85931/2012). Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. goncalosilva1989@hotmail.com

The crown, town and sea: Algarve's network of port towns (1266-1325)

Abstract

In 1249, the conquest of the last bastions of the Muslim power in the Algarve symbolically marked the end of the *Reconquista* in the Portuguese kingdom and the reinforce of the strategies carried out by the Crown in order to reorganize the territory of the kingdom and, therefore, strengthen the exercise of its authority, in which towns, especially port towns and their tax revenues play a key role. This study intends to contribute to clarify the strategy developed by the Crown to frame and reinforce its power in the Algarve through the foundation of an urban network composed by small and medium sized port towns. In this sense, I will try to present the first research impressions on the correlation between the geographical aspects that conditioned them and the strategies of the powers in presence and the role that this had in their development and articulation.

Keywords

Medieval landscape; Littoral urbanization; Port towns; Small towns; Royal Power.

Introdução²

De acordo com os trabalhos de alguns historiadores, como Wim Blockmans, Lex Heerma van Voss³ ou Jesús Solórzano Telechea⁴, as redes urbanas portuárias parecem corresponder a sistemas que integram vilas e cidades portuárias de pequena, média ou grande dimensão que possuem relações socioeconómicas diferentes, mas ligadas a tal ponto que a alteração de um indicador socioeconómico numa se pode repercutir nas restantes.

² Este texto foi elaborado no âmbito do projeto *Petites villes aux XIII-XV siècles. Royaumes de Portugal et de France et terres d'Empire francophones*. Programa Pessoa. Acordo entre Portugal e a França [financiado por FCT/CAMPUSFRANCE (2016-2017)].

³ BLOCKMANS, Willem; VAN VOSS, Lex Heerma – “Urban networks and emerging states in the North Sea and Baltic Areas: a maritime culture?”. In RODING, Juliette; VAN VOSS, Lex Heerma (eds.) – *The North Sea and culture (1550-1800)*. Hilversum: Verloren, 1996, pp. 10-20.

⁴ SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica del norte peninsular en la Edad Media”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual Martínez (eds.) – *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor Julio Valdeón*. Vol. I. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2009, pp. 485-502.

Dentro da hierarquia urbana, os pequenos centros urbanos europeus, incluindo os portuários, eram reconhecidos por si e pelos poderes a que estavam ligados, como por exemplo a Coroa, como núcleos urbanizados com um número de habitantes reduzido – estimado normalmente pelos historiadores em 2000 habitantes⁵ – que exerciam funções administrativas, económicas e militares sobre determinadas áreas, consoante o seu âmbito pessoal. Em alguns casos, como o das cidades portuárias⁶, a sua influência extravasava os limites do seu termo, chegando, por exemplo, a fornecer produtos especializados a outros núcleos urbanos.

De acordo com Oliveira Marques, Portugal teve apenas uma grande cidade, Lisboa, mas a nível europeu esta não passava de uma cidade média. A sua superfície de 103,6 ha, em 1374-1375, era comparável às áreas de centros urbanos como Salamanca, Dijon, Siena ou Danzig. Seguiam-se-lhe somente três núcleos urbanos médios em contexto português: Évora com 50 ha, Santarém e Porto com 45 ha. Por último, aparecia uma vintena de vilas muitas pequenas com uma área entre 10 a 30 ha, como Aveiro ou Lagos⁷. Assim, a maioria das vilas e cidades portuguesas, incluindo as portuárias, apresentavam-se como centros urbanos muito pequenos à escala europeia.

Todavia, ao contrário do que seria de supor, dado os pequenos núcleos urbanos serem predominantes e o papel que a fachada marítima possibilitou a Portugal ocupar na navegação do Atlântico e, no século XV, na expansão marítima europeia, a historiografia medieval portuguesa não têm revelado muito interesse pelo estudo das redes urbanas portuárias e do papel dos pequenos núcleos urbanos nestas⁸. Assim, esta comunicação pretende contribuir para esclarecer o processo

⁵ Veja-se a sistematização sobre os pequenos núcleos urbanos proposta em: DYER, Christopher – “Small towns 1270-1540”. In PALLISTER, David M. Pallister (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*. Vol. 1: 600-1540. Cambridge: CUP, 2000, p. 505; CLARK, Peter – “Introduction”. In CLARK, Peter (ed.) – *Small towns in early modern Europe*. Cambridge: CUP, 2002, pp. 5, 9-17, 20; FRAY, Jean-Luc Fray – *Villes et bourgs de Lorraine réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006; CHITTOLINI, Giorgio – “Urban Population, Urban Territories, Small Towns: Some Problems of Urbanization in Northern and Central Italy (Thirteenth–Sixteenth Centuries)”. In HOPPENBROUWERS, P. C. M. et alii. (eds.) – *Power and persuasion essays on the art of state building in honour of W.P. Blockmans*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 238-239; COSTA, Adelaide Millán – “Quand les médiévistes arrivent aux petites villes”. In COSTA, Adelaide Millán (ed.) – *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: perspectives de recherche*. Lisboa: IEM, FCSH/NOVA, 2013, pp. 145-148.

⁶ DYER, Christopher – “Small towns 1270-1540”, p. 505; CLARK, Peter – “Introduction”, pp. 5, 9-17, 20; CHITTOLINI, Giorgio – “Urban Population, Urban Territories, Small Towns: Some Problems of Urbanization”, pp. 238-239; COSTA, Adelaide Millán – “Quand les médiévistes arrivent aux petites villes”, pp. 145-148.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Les villes portugaises au Moyen Âge (XIV^e-XV^e siècles)”. In CARON, Marie-Thérèse et alii. (eds.) – *Villes et sociétés urbaines au Moyen Âge. Hommage à Monsieur le Professeur Jacques Heers*. Paris: PUS, 1994, pp. 106-107.

⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar – “A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões”. *Historia, Instituciones. Documentos* 35 (2008), p. 13. SILVEIRA, Ana Cláudia – “Les villes portuaires au Portugal médiévale: perspectives de recherche”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán (coords.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: IEM, 2013, p. 189.

de formação da rede urbana portuária do Algarve. Nesse sentido, pretendemos apresentar as primeiras impressões de investigação sobre a correlação entre os aspetos geográficos que as condicionavam e as estratégias dos poderes em presença e o papel que tal teve no seu desenvolvimento e articulação.

1. A paisagem envolvente da região: Algarve ou Algarves?

O Algarve não se representa como uma unidade uniforme, mas sim estruturado em três sub-regiões morfo-ecológicas – a Serra, o Barrocal e o Litoral – que apresentam condições distintas para o desenvolvimento de aglomerados com características urbanas (Fig. 1).

A Serra, que separa a norte o Algarve da planície alentejana, é um elemento geo-morfológico que não se prolonga para Espanha e que termina na caldeira do curso inferior do Guadiana⁹. A faixa montanhosa não é muito elevada – a Fóia e os Pelados, os seus pontos mais elevados, registam respetivamente uma altitude de 902 metros e 589 metros –, mas assumem-se como um relevo sinuoso, cortado por vales profundos que mais afastava o Algarve do que o aproximava do resto do reino¹⁰. A serra, como a rede viária herdada dos romanos deixava transparecer (Fig. 2), parecia apenas poder ser transposta junto do litoral, em Aljezur, na depressão entre as serras de Monchique e do Caldeirão e também próximo do Guadiana.

A formação montanhosa contribuía para resguardar o Algarve ao dificultar a entrada das hostes inimigas provenientes do Norte, como parece sugerir a implantação e distribuição das fortificações islâmicas no final da primeira metade do século XIII, mais concentradas no litoral a fim de vigiar os perigos que vinham do mar (Fig. 3), mas representava um entrave à mobilidade de pessoas e ao desenvolvimento do comércio terrestre entre a região e o resto do reino. Para os habitantes dos núcleos urbanos portuários do Algarve seria mais rápido utilizar o Rio Guadiana para chegar às planícies alentejanas e aceder ao precioso cereal, sempre tão escasso na região¹¹, ou o mar para contactar o resto do reino ou outras regiões. De acordo com o autor da obra *De itinere navali*, a frota dos cruzados demorou apenas quatro dias para viajar de Lisboa até à foz do rio Arade¹².

⁹ RIBEIRO, Orlando – “A posição geográfica”. In RIBEIRO, Orlando *et alii* – *Geografia de Portugal*. Vol. I: *A posição geográfica e o território*. 4ª edição. Lisboa: Edições J. Sá da Costa, 1999, p. 13.

¹⁰ RIBEIRO, Orlando – “Portugal e o ‘Algarve’”. Singularidade do nome de uma província”. *Boletim de Filologia* XIV-3/4 (1954), pp. 338-339.

¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. 2ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1968, pp. 141, 145.

¹² BRANCO, Maria João – *D. Sancho I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 131.

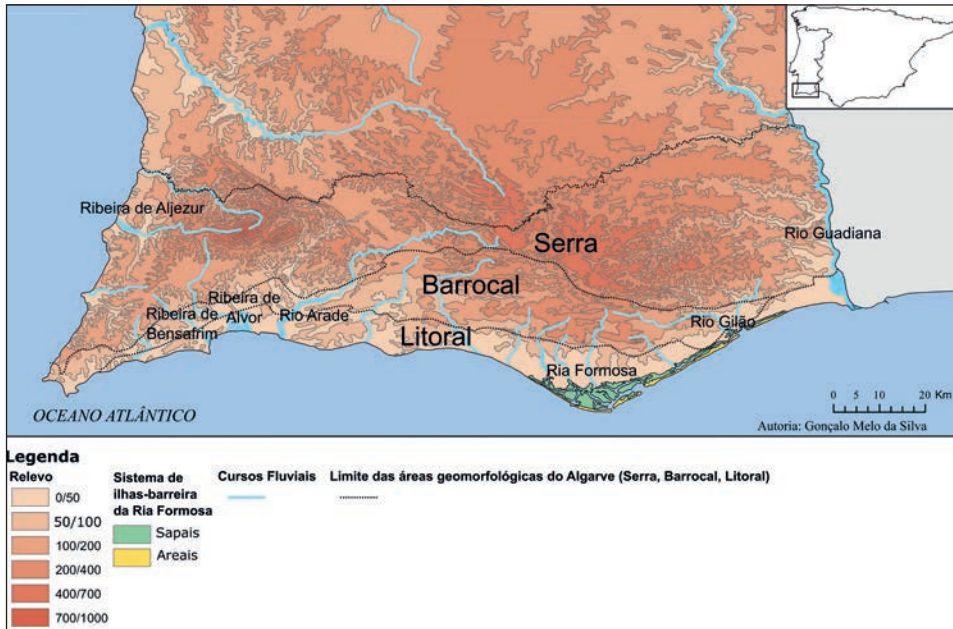


Fig. 1 – Características Geográficas do Algarve.

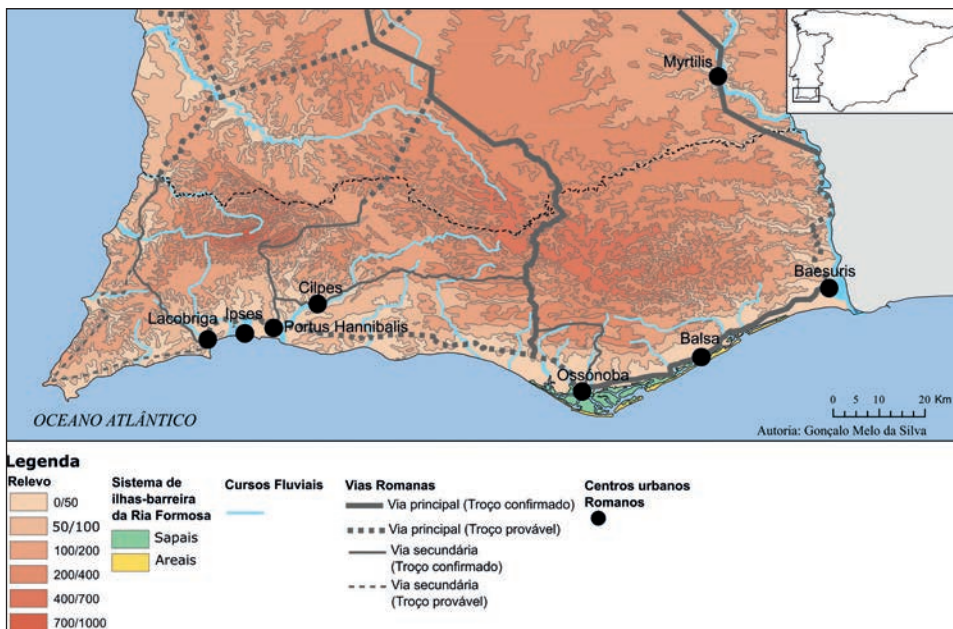


Fig. 2 – Centros urbanos do Algarve em período Romano.

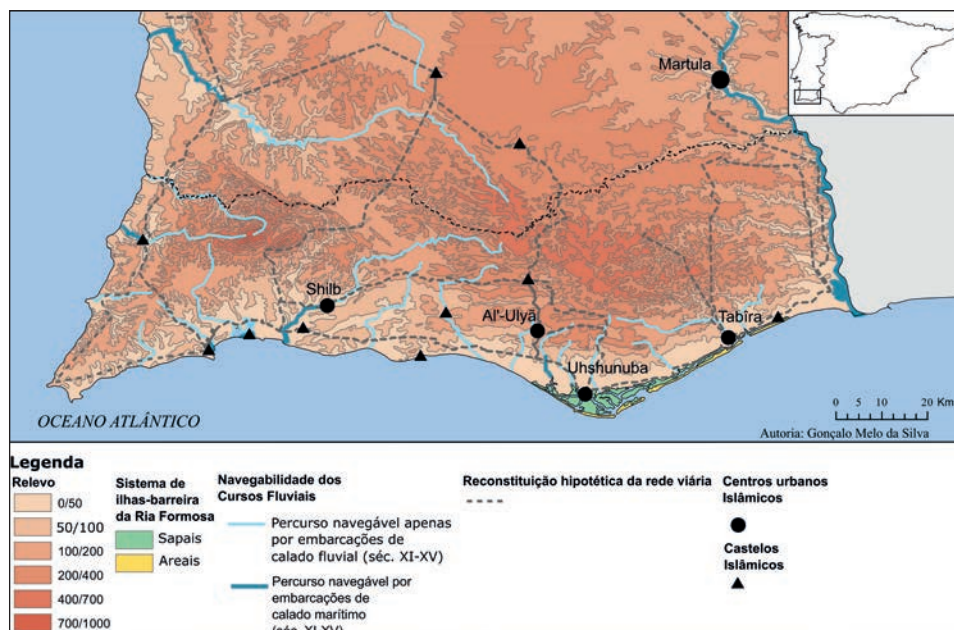


Fig. 3 – Presença islâmica no Algarve (finais da primeira metade do século XIII).

A presença de solos formados por xistos argilosos, muito pobres e ásperos, associado a uma pluviosidade pouco abundante, exceto na serra de Monchique, potencia o aparecimento de uma cobertura florestal marcada, como hoje ainda se pode verificar, pelos sobreiros, os azinheiros e os medronheiros, e nas terras graníticas de Monchique, pelo carvalho e o castanheiro¹³. De acordo com Cláudio Torres, no período da *Reconquista*, estas matas de carvalho e castanho seriam as únicas em todo o ocidente peninsular localizadas próximas do mar¹⁴. Na Silves muçulmana, estas madeiras empregavam-se no reforço do caverne e da mastreação das embarcações que saíam dos seus estaleiros, mas também se exportavam para outros estaleiros da região¹⁵, como possivelmente para o de Faro islâmica¹⁶.

¹³ GOMES, Carlos José Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P. Paiva – *Flora e vegetação: Barrocal Algarvio, Tavira – Portimão*. S.l.: CCDRA, 2005, p. 198; TELES, Francisco Xavier da Silva – “As zonas de pastagem”. In DIONÍSIO, Sant’ Anna (coord.) – *Guia de Portugal*. Vol. II: *Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 192, 195.

¹⁴ TORRES, Cláudio – “Al Gharb”. In BARATA, Maria Filomena (ed.) – *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPA, 1997, p. 444.

¹⁵ TORRES, Cláudio – “Al Gharb”. In BARATA, Maria Filomena (ed.).

¹⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português”. In TAVARES, António Augusto *et alii* (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia: actas do Colóquio*, Lisboa, 3 e 4 de junho de 2004. Lisboa: UAb, 2004, pp. 479, 491.

Em nítido contraste, o Barrocal¹⁷, também designado por vezes como Algarve Calcário, corresponde a uma vasta faixa, estreita nas extremidades e bastante ampla no centro, localizada na parte central do Algarve, entre a Serra e o Litoral, indo desde o cabo de São Vicente até Castro Marim. O Barrocal, apresenta um relevo ondulado, com alturas entre os 200 e os 300m, paralelo à linha de costa, com vales de fundo aplanado e vertentes de declives suaves¹⁸. Os solos calcários e pedregosos, pobres e difíceis, e um clima, de invernos temperados e verões prolongados quentes e secos¹⁹, impunham as condições para uma baixa produção cerealífera.

O Barrocal parece por isso apenas acolher as árvores de pequeno porte mais resistentes e com maior capacidade de adaptação à falta de água e à agrura dos solos, como era o caso da alfarrobeira, da amendoeira, da oliveira, da videira e, principalmente, da figueira²⁰. A uva e o figo seriam uma das principais riquezas de toda esta região que os novos conquistadores vindos do Norte não negligenciaram. Na segunda metade do século XIII, encontramos os novos poderes instalados na região interessados em intensificar e estender até ao litoral o cultivo da vinha e da figueira, muitas vezes em associação entre si ou com outras culturas. As uvas, as passas de uva e os figos destinavam-se ao abastecimento urbano e cada vez mais, com o reatar das rotas marítimas entre o Atlântico e o Mediterrâneo, ao comércio externo²¹.

Por último, o Litoral, com uma largura que oscila entre os 5 e os 15 Km, é uma área com uma composição variada que inclui grandes extensões margosas, arenosas e cascalhentas e planícies aluviais²². O clima ameno, sobretudo no Inverno, a grande disseminação de recursos aquíferos subterrâneos e a ausência de superfícies pedregosas, possibilitavam nas zonas próximas da costa, como o estuário do

¹⁷ Leia-se sobre o conceito de Barrocal: GOMES, Carlos José Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P. Paiva – *Flora e vegetação*, pp. 17-20, 41.

¹⁸ GOMES, Carlos José Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P. Paiva – *Flora e vegetação*, pp. 17-20; LUZ, Cecília Isabel Teles – *Variações Sazonais das Associações de Foraminíferos e Ostracodos da Plataforma Continental Algarvia: avaliação da influência do upwelling costeiro*. Lisboa: FCUL. 2011. Dissertação de Mestrado em Geologia do Ambiente, Riscos Geológicos e Ordenamento do Território, pp. 17-18.

¹⁹ GOMES, Carlos José Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P. Paiva – *Flora e vegetação*, p. 41-42.

²⁰ BRANDÃO, Raul – “Noções Geográficas”. In DIONÍSIO, Sant’ Anna (coord.) – *Guia de Portugal*. Vol. II: *Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 189; TELES, Francisco Xavier da Silva – “As zonas de pastagem”, p. 192; BRANDÃO, Raul; CORTESÃO, Jaime – “Flora e culturas; aspeto da vegetação”. In DIONÍSIO, Sant’ Anna (coord.) – *Guia de Portugal*. Vol. II, p. 198; GOMES, Carlos José Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P. Paiva – *Flora e vegetação*, p. 41.

²¹ FONSECA, Luís Adão da; PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor – “Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval”. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: UAlg, CML, 1987, pp. 61-89; FONTES, João Luís – “A Expansão Medieval”. In BERNARDES, João Pedro; OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Vinha e o Vinho no Algarve. O renascer de uma velha tradição*. Faro: CDDR Algarve, 2006, pp. 25-53.

²² CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Faro: Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 1976, p. 19; BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 33.

Guadiana, o aparecimento de matas de pinheiros mansos²³ e transformavam-na na área do Algarve com as melhores potencialidades agrícolas para sustentar a presença de aglomerados populacionais de considerável dimensão²⁴.

À beira-mar, a Ocidente, do cabo de São Vicente até às proximidades da atual Quinta do Lago, a linha de costa apresenta arribas que chegam a ultrapassar no extremo sudoeste e num ou noutro ponto, como na Luz ou em Albufeira, uma altura de 50m, e mostra-se interrompida por extensos areais²⁵. Em nítido contraste, a Oriente, a linha que segue até à fronteira é dominada por planícies que, junto ao mar, formam salgados, sapais alagadiços e esteiros²⁶.

No período medieval, a linha de costa, tal como acontecia no resto do reino²⁷, seria mais recortada do que atualmente. No litoral das arribas, por exemplo, o castelo muçulmano e, mais tarde, a vila cristã de Albufeira contavam com uma pequena enseada localizada mais abaixo e que se encontra, hoje em dia, completamente assoreada²⁸. De igual modo, no litoral arenoso, o sistema das ilhas barreira da Ria Formosa, que protegia as vilas muçulmanas e, depois, cristãs, de Faro e Tavira de temporais ou ataques marítimos não estaria tão consolidado como atualmente, sobretudo sua parte oriental²⁹.

O perfil da costa oferecia então abrigos naturais para a instalação de aglomerados populacionais e portos capazes de receberem as embarcações que fugiam dos perigos do mar, como acontece em Lagos, Albufeira ou Faro; áreas arenosas que facilitavam a carga e descarga de mercadorias e o desenvolvimento de atividades marítimas, como a construção naval; sapais e áreas pantanosas,

²³ FLETCHER, William J. *et alii*. – “Palynological evidence for environmental and climatic change in the lower Guadiana valley, Portugal, during the last 13 000 years”. *The Holocene* 17 (2007), pp. 489, 491-492; BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval*, pp. 39-40.

²⁴ CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Vol. I, pp. 19-20.

²⁵ TELES, Francisco Xavier da Silva – “As zonas de pastagem”, p. 193; CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Vol. I, pp. 21-22; DIAS, João Alveirinho – “Aspectos geológicos do Litoral Algarvio”. *Geonovas* 10 (1988), pp. 113-119.

²⁶ TELES, Francisco Xavier da Silva – “As zonas de pastagem”, p. 193; CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Vol. I, pp. 21-22; DIAS, João Alveirinho – “Aspectos geológicos do Litoral Algarvio”, pp. 120-125.

²⁷ DIAS, João Alveirinho Dias – “A História da Evolução do Litoral Português nos Últimos Vinte Milénios”. In TAVARES, António Augusto *et alii* (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia: actas do Colóquio, Lisboa, 3 e 4 de junho de 2004*. Lisboa: UAb, 2004, pp. 157-170.

²⁸ Em 1577, Frei João de São José referia que a pequena baía já estava a assorear. MAGALHÃES, Joaquim Romero de; GUERREIRO, Manuel Viegas (eds.) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 46; TORRES, Cláudio – “Al Gharb”, p. 436.

²⁹ DIAS, João Alveirinho – “Aspectos geológicos do Litoral Algarvio”, pp. 113-119; CEIA, Filipe Rafael Ceia *et alii* – “Coastal vulnerability in barrier islands: The high risk areas of the Ria Formosa (Portugal) system”. *Ocean and Coastal Management* 53/8 (2010), pp. 478-486; VILA-CONCEJO, A. *et alii* – “Recent Evolution of the Natural Inlets of a Barrier Island System in Southern Portugal”. *Journal of Coastal Research* 36 (2002), pp. 741-752; CORVO, Alberto Corvo – “Tavira litoral, território em mudança”. In QUEIROZ, Jorge; MANTEIGAS, Rita (coords.) – *Tavira, patrimónios do mar*. Lisboa: CMT, MMT, 2008, pp. 17-33.

como as que rodeavam Faro e Tavira, ou estuários resguardados, como o do Guadiana próximo de Castro Marim, onde se podia ainda explorar o sal³⁰. Ao longo do Algarve, a plataforma continental é muito estreita (200m), mas permitia a existência de diferentes tipos de pescado, como as pescadas³¹, as baleias³² e, sobretudo a partir dos finais do século XV, do atum e da sardinha³³, algumas destas espécies hoje desaparecidas da região.

À costa chegam vindos da serra, especialmente de Monchique e Espinhaço de Cão, a Ocidente, e do Caldeirão, no Nordeste, a maioria dos principais cursos fluviais do Algarve³⁴. Os rios e ribeiras possuem uma extensão reduzida, normalmente inferior a 30 Km, sendo exceções os rios Guadiana (apenas os últimos 45 Km cruzam a região) e Arade (75,1 Km) e as ribeiras de Foupana (94,6 Km), Odelouca (92,6 Km), Vascão (77 Km), Odeleite (72,5 Km), Alportel (49,5 Km), Odeceixe (43,9 Km), Beliche (36,4 Km), Aljezur (33,7 Km), Algibre (33,6 Km), Gilão (32,7 Km) e Alcantarilha (31,3 Km)³⁵. A maioria possui um regime torrencial com caudais muito reduzidos ou, até mesmo nulos, durante alguns períodos do ano, sobretudo no período de estiagem e, grande caudal na época chuvosa³⁶.

Entre os séculos XII a XV, as ribeiras lagunares de Aljezur e Alvor, os rios Arade, Guadiana, Gilão e os canais da ria Formosa pareciam ser os únicos cursos fluviais com capacidade para receber embarcações de calado marítimo e assim permitirem o contacto entre o litoral e o interior³⁷. Em 1621, aquando os trabalhos

³⁰ CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. Vol. I, pp. 21-22; MENDES, António Rosa Mendes (coord.) – *Castro Marim, Baluarte Defensivo do Algarve*. Castro Marim: CMCM, 2010, pp. 84-95.

³¹ ADF, *Fundo do compromisso Marítimo de Faro, Livro nº 48*, fl. 23v-27 (1445) (Cópia não medieval); *Monumenta Henricina*. Ed. António Joaquim Dias DINIS. Vol. XI: 1451-1454. Coimbra: Atlântida, 1960, p. 256.

³² *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira – Vol. I: *Livro I*. Coimbra: IUC, 2006, pp. 414-421; *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Vol. II: *Livro II-III*. Coimbra: IUC, 2011, pp. 241-245.

³³ MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970, pp. 149-167.

³⁴ CCDRA – *Plano Regional de Ordenamento do Território. Anexo H: Recursos Hídricos, Planeamento e Gestão do Recurso Água*. S.l.: [s.n.], 2004 p. 13.

³⁵ CCDRA – *Plano Regional de Ordenamento do Território. Anexo H*, pp. 14-15.

³⁶ LAUTENSACH, Hermann – “Os rios e os processos de erosão”. In RIBEIRO, Orlando *et alii* – *Geografia de Portugal*. Vol. II: *O Ritmo climático e a Paisagem*. 4ª edição. Lisboa: Edições J. Sá da Costa, 1999, pp. 468, 472; CCDRA – *Plano Regional de Ordenamento do Território*, p. 13.

³⁷ CASTRO, Armando de – *História Económica de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editorial Caminho, 1980, mapa 7; CASTRO, Armando de – *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Vol. IV. Lisboa: Portugália, 1966, p. 392; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir). Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 129; GOMES, Sandra Rute Fonseca – *Territórios medievais do pescado do reino de Portugal*. Coimbra: FLUC. 2011. Tese de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade, p. 8; BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura – IPPAR, 2003, pp. 284-285; GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: a “Descrição” de Alexandre Massai (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988, pp. 92, 100, 106, 122, 119, 122, 129, 132, 137, 142; MAGALHÃES, Joaquim Romero de e GUERREIRO, Manuel Viegas (eds.) – *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, pp. 39, 42, 45, 46, 143, 150, 152;

de fortificação da costa algarvia, Alexandre Massai referia que o Arade ainda podia receber navios até uma légua de Silves e as ribeiras de Aljezur e Alvor permitam a chegada de caravelas, fustas ou seitãs pequenas às vilas, mas apenas Lagos, Faro, Tavira e Castro Marim eram capazes de receber naus. Alguns dos cursos fluviais, como o Gilão, começavam já a sentir no século XV, à semelhança de outros locais do reino³⁸, o limiar das grandes alterações infringidas pela natureza sobre as áreas fluviais e marítimas, ou seja, os assoreamentos costeiros e fluviais.

A diversidade de condições naturais possibilitou uma ocupação humana intensa e contínua, sobretudo da faixa litoral, e influenciou fortemente, ainda que sem assumir uma posição determinista, a escolha dos sítios onde viriam a ser fundados os núcleos urbanos, como parecer ser visível nas primeiras ocupações humanas na região. Desde logo, na Idade do Ferro (VII a.C-II a.C.)³⁹, encontramos seis aglomerados com características portuárias, que os romanos designaram posteriormente por *Baesuris*, *Balsa*, *Ossonoba*, *Ipses*, *Cilpes* e *Lacobriga*⁴⁰.

Os povoados foram fundados em pequenas elevações, mais facilmente defensáveis e que possibilitavam controlar visualmente o espaço circundante, sendo a única exceção o caso de *Ossonoba*, estabelecida no que seria então uma pequena ilha. Os sítios localizavam-se na foz ou na margem de cursos fluviais navegáveis, com bons ancoradouros naturais, capazes de assegurar o contacto com as regiões interiores, tal como revela a utilização do rio Guadiana por *Baesuris* para aceder às áreas mineiras do atual Baixo Alentejo. Os locais escolhidos permitiam dominar as áreas mais férteis da região⁴¹. Os aglomerados populacionais seriam

³⁸ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português”, pp. 461-492; ANDRADE, Amélia Aguiar – “A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões”, pp. 14-18.

³⁹ A Idade do Ferro no Algarve tem o seu princípio com os primeiros contactos com os povos do Mediterrâneo Oriental, nomeadamente os Fenícios (VII a.C.), e termina com a incorporação da região no Império Romano (II a.C.). BERNARDES, João Pedro – *Carta Arqueológica do Concelho de Faro – Relatório Final*. Faro: CMF, 2008, p. 71.

⁴⁰ *Baesuris* (desde o Bronze final, Castro Marim), *Balsa* (desde o Bronze Final em Tavira; século IV-I a.C. no Cerro do Cavaco; no período romano na Torre d’ Aires, Tavira), *Ossonoba* (século IV a.C., Faro), *Ipses* (século IV a.C., Vila Velha de Alvor), *Cilpes* (século IV a.C., Serro da Rocha Branca, Silves) e *Lacobriga* (século IV a.C., Monte Molião, Lagos); ARRUDA, Ana Margarida – “A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias”. *Xelb – Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História* 7 (2007), pp. 117-118; RODRIGUES, Sandra – *As vias romanas do Algarve*. Faro: CEPUA, 2004, pp. 11-14; GONÇALVES, Maria José – *Silves islâmica – a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Faro: FCHS/UAlg. 2008. Dissertação de Mestrado em Teoria e Métodos da Arqueologia, pp. 29-33; AVELINO, Andreia Filipa Glória – *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*. Faro: FCHS/UAlg. 2015. Dissertação em Arqueologia – Especialização em Teoria e Métodos da Arqueologia, pp. 27-41.

⁴¹ ARRUDA, Ana Margarida – “A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias”, pp. 118-128; AVELINO, Andreia Filipa Glória – *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*, pp. 27-37.

unidos, para além da navegação de cabotagem, por um caminho no litoral e outro, paralelo, no barrocal⁴².

No período romano, os núcleos urbanos referidos anteriormente viram surgir *Portus Hannibalis* (Portimão), fundada, tal como a maioria dos anteriores, na margem direita do estuário de um rio, o Arade, vindo a estender-se pela margem esquerda, como testemunham as estruturas de preparado de peixe localizadas em Ferragudo⁴³. Nesse período, muitos dos caminhos preexistentes foram transformados em vias empedradas e hierarquizadas de acordo com o modelo viário romano⁴⁴ (Fig. 2). Desconhece-se até agora o elemento germânico na região.

Sob o signo do Islão, apenas *Ossonoba* (*Uhshūnuba*, Faro), chamada *Shantmariyya al-Gharb* (Santa Maria de Faro) a partir do século XI, permanece. Cercada por uma muralha, com um bom porto protegido pelas ilhas da Ria Formosa e aproveitando as hortas e jardins das antigas *villae* romanas que a rodeavam, como era o caso de Estói, projeta a sua influência sobre a região central e mantém-se como o principal núcleo urbano do Algarve entre a conquista árabe e o século X⁴⁵. No entanto, emergem outras protagonistas, como *Shilb* (Silves) que domina o Algarve Ocidental a qual, a partir do século XII, era a maior cidade do *Gharb Al-Andalus*, depois de *Shbiya* (Sevilha) e *Batalyaws* (Badajoz), ou *Al'-Ulyā* (Loulé) que ajuda *Shantmariyya al-Gharb* a ligar o oriente e o ocidente algarvios e a região ao futuro Alentejo. Por último, *Tabîra* (Tavira) que controlava todo o levante algarvio. Ainda e sempre a escolha dos sítios de implantação dos núcleos urbanos não negligenciou as condições geográficas do meio.

Shilb, *Al'-Ulyā* e *Tabîra*, fundadas em pequenas elevações próximas de cursos fluviais, deviam a sua prosperidade à segurança proporcionada por um poderoso aparelho defensivo aí construído, a um sistema notável de captação de água, à fertilidade das hortas e pomares que as circundavam, às zonas de pastagens que dominavam e ainda, no caso de Silves e Tavira, a um porto com os seus estaleiros navais servidos, sobretudo, pela madeira proveniente, respetivamente, da serra de Monchique e do estuário do Guadiana⁴⁶. Seriam estes quatro núcleos urbanos que os conquistadores cristãos encontram no século XIII (Fig. 3).

⁴²RODRIGUES, Sandra – *As vias romanas do Algarve*, pp. 11-14.

⁴³AVELINO, Andreia Filipa Glória – *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*, p. 40.

⁴⁴MANTAS, Vasco Mantas – “As Civitates: Esboço da Geografia Política e Económica do Algarve Romano”. In BARATA, Maria Filomena (coord.), *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPA, 1997, p. 286; RODRIGUES, Sandra – *As vias romanas do Algarve*, pp. 11-14; VIEGAS, CATARINA – “Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico”. *O Arqueólogo Português* série V- 1 (2011), pp. 144-158, 164-165.

⁴⁵TORRES, Cláudio – “Al Gharb”, pp. 433-436.

⁴⁶TORRES, Cláudio – “Al Gharb”, pp. 436-438, 441-442, 444; PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et

2. A composição da Rede Urbana Portuária do Algarve: O protagonismo régio (1266-1325)

De acordo com a periodização proposta por Amélia Aguiar Andrade, a primeira fase do litoral português durante o período medieval, situada entre o fim da *Reconquista* (1249) e a morte de D. Dinis (1325), foi marcada pelo desenvolvimento das estratégias levadas a cabo pela Coroa para reorganizar o território do reino e, por conseguinte, fortalecer o exercício da autoridade régia, na qual as vilas, sobretudo as portuárias, e as suas receitas fiscais irão desempenhar um importante papel⁴⁷.

É nesse sentido que encontramos Afonso III e D. Dinis empenhados em concretizar um conjunto de objetivos: o enquadramento das comunidades já existentes sob a sua autoridade através da outorga de forais; o controlo da foz dos principais rios e a promoção do povoamento das áreas litorais a fim de se utilizar os núcleos urbanos portuários como pontos-chave para o enquadramento e articulação do território e o desenvolvimento, controlo e usufruto sobre as atividades económicas ligadas ao mar a fim de aumentar os réditos da coroa⁴⁸. Entre os objetivos da Coroa pode ainda ser considerado outro conjunto de medidas destinadas a favorecer as atividades marítimas, como por exemplo a constituição de uma marinha de guerra e a concessão de vários incentivos para fomentar a construção naval⁴⁹.

Estas estratégias da coroa para reorganizar o território do reino marcaram igualmente o território algarvio, sobretudo a partir da resolução da disputa que se estendeu entre 1250 e c. 1264/1267, e que opôs Afonso III e Afonso X pela posse do Algarve, e que foi definitivamente sancionado pelos acordos de Sevilha, em 1264 e de Badajoz, em 1267⁵⁰. Em 1264, a Coroa senhoreava Silves, Loulé, Faro e, provavelmente Tavira, enquanto a Ordem de Avis controlava o castelo e a futura vila de Albufeira e a Ordem de Santiago, a vila de Cacela. No entanto, em 1272, Afonso III conseguiu que a Ordem de Santiago renunciasse à sua pretensão sobre Tavira, a Cacela e à sua pretensão sobre Castro Marim, em troca da herdade da

Larose, 2000, pp. 190-191, 199; GONÇALVES, Maria José – *Silves islâmica – a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*, pp. 36-45.

⁴⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar – “A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões”, pp. 14-18.

⁴⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar – “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (coord) – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en La Edad Media*. Nájera: IER, 2004, pp. 70-73.

⁴⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – “A estratégia régia em relação aos portos marítimos”, p. 73.

⁵⁰ Leia-se sobre isso: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Afonso X y Portugal. Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes* 4 (2004-2005), pp. 19-34; VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 138-148.

Gomeira (Cabanas, Tavira)⁵¹, o direito de padroado sobre Tavira⁵², Faro, Castro Marim, Cacela e Aveiras, na Estremadura⁵³ (Fig. 4).

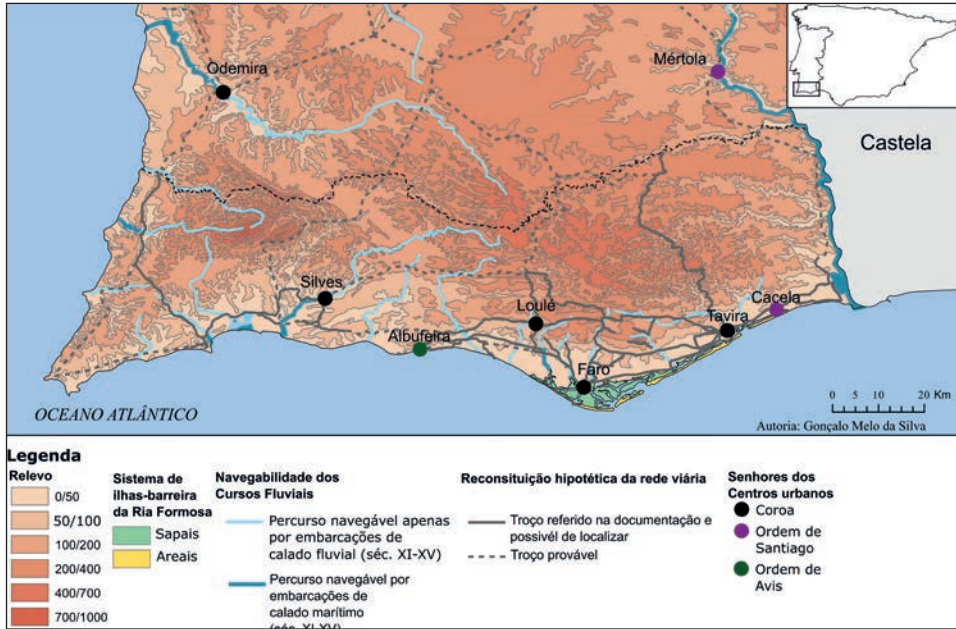


Fig. 4 – Centros urbanos do Algarve em 1264.

De facto, Afonso III e, mais tarde, D. Dinis compreenderam desde cedo, as potencialidades económicas da linha de costa algarvia para a Coroa e a necessidade de promoverem o seu enquadramento militar e administrativo. A estratégia dos monarcas para fomentar o povoamento e uma rede urbana no Algarve pautou-se, tal como noutros casos⁵⁴, por medidas amplas e diversificadas, entre as quais se destacava a atribuição da carta de foral. Nesse sentido, pode observar-se duas fases de atuação mais intensa por parte do poder régio.

Uma primeira, entre 1266-1277, em que D. Afonso III afirmou a sua soberania sobre a região através da outorga de forais às localidades de Silves, Loulé, Faro,

⁵¹ OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)”. *Cuadernos de Estepa* 3 (2014), p. 100.

⁵² A única exceção seria a igreja de Santiago, visto ter sido doada dois anos antes, em 1270, pelo monarca ao bispo de Silves. VILAR, Hermínia – “Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago: Loulé e o reino do Algarve (séc. XIII-XIV)”. *Al’-ulyā: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé* 15 (2015), pp. 84-85.

⁵³ *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Vol II: *Livro II-III*, 2011, pp. 300-305.

⁵⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre-Lima-e-Minho medieval*. Lisboa: FCSH-UNL 1994. Tese de Doutoramento em História da Idade Média, pp. 335, 337, 344-347, 351.

Tavira (1266)⁵⁵ e, possivelmente, a Paderne⁵⁶, antiga fortificação islâmica. Entre 1271 e 1277, Afonso III fundou *ex-nihil* o castelo e a vila de Castelo Marim⁵⁷ no coroamento de um cerro que corresponde à última ondulação serrana antes dos sapais que se estendem até à foz do Guadiana, ponto ideal para a vigilância da antiga estrada romana do litoral, da navegação do rio e da fronteira com Castela.

Na segunda fase, entre 1280-1304, D. Dinis outorgou textos foralengos aos antigos *hisn* de Aljezur (1280), Cacela (1283) e Porches (1286), todas povoações associadas a antigas fortificações islâmicas localizadas no litoral que possibilitavam controlar visualmente o espaço costeiro e o acesso a rios navegáveis⁵⁸. O filho acentuou a estratégia do pai para reforçar o controlo sobre o Guadiana e a fronteira com Castela, mandando construir uma muralha em Castro Marim (1279), ampliando os seus privilégios num novo foral (1282), como veremos mais adiante, e fundando *ex-nihil*, no mesmo estuário, a c. de 38 Km, mais a norte, o castelo e a vila de Alcoutim e conferindo-lhe carta de foral em 1304⁵⁹. Por fim, D. Dinis consolidou e ampliou o papel das ordens militares, especialistas na arte da guerra, conferindo-lhes através de doações ou escambos localidades fortificadas menores, mas importantes na estratégia de vigilância e controlo dos mares e acesso aos rios navegáveis. Assim, a Ordem de Santiago recebeu Cacela (1297)⁶⁰ e Aljezur (1297, 1298)⁶¹, a Ordem de Avis, que já senhoreava Albufeira desde 1250, viu a sua presença na região consolidada com a doação de Paderne (1305)⁶² e ainda,

⁵⁵ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, p. 290.

⁵⁶ Em 1267, D. Afonso X deixou ao Infante D. Dinis, entre os vários castelos do Algarve, o de Paderne. Um ano mais tarde, em 1268, Afonso III refere Paderne como concelho, mas não dispomos de informações que nos permitam datar o momento da outorga do foral. No início da centúria seguinte, em 1305, Paderne era já reconhecida como vila por D. Dinis, uma vez que o rei doou o castelo e a vila à Ordem de Avis. *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Vol. I: *Livro I*, 2006, pp. 433; *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Vol. II: *Livro II-III*, 2011, pp. 273-274.

⁵⁷ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, p. 147.

⁵⁸ REIS, António Matos – *História dos municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 381-382; *O foral de Porches*. Edição de Maria de Fátima Botão; transcrição e tradução de Saul António GOMES. Faro: Algarve em Foco Editora, 1989, p. 14.

⁵⁹ MENDES, António Rosa Mendes (coord.) – *Castro Marim, Baluarte Defensivo do Algarve*, p. 19; REIS, António Matos – *História dos municípios (1050-1383)*, pp. 381-382; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 268; VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, pp. 291-292. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 19; OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago e a conquista de Alcoutim”. *Seminário “O Foral de D. Dinis e Alcoutim Medieval e Moderno”*. Alcoutim: CMA, 2004, pp. 8-9.

⁶⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)”, p. 99. De acordo Cunha, em 22 e 23 de Abril de 1297, D. Dinis doou à Ordem de Santiago o castelo e a vila de Cacela e o direito de padroado da igreja de Santo Ildefonso de Almodôvar a fim de garantir a fidelidade da milícia à separação e independência de Uclés. CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Porto: FLUP, 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval, p. 137.

⁶¹ A.N.T.T., *Gaveta V*, maço 4, nº 1, 4 e 6; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 2; *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 184-185 e 186v-187v; *Leitura Nova, Direitos Reais*, liv. 2, fl. 257.

⁶² A.N.T.T., *Ordem de Avis/Convento de São Bento*, Documentos relativos a administração patrimonial, instituição de capelas, igrejas, visitas e concessões individuais várias, maço 3, nº 292.

a recém-criada Ordem de Cristo recebeu Castro Marim (1320), onde se veio a instituir a sua sede⁶³ (Fig. 5).

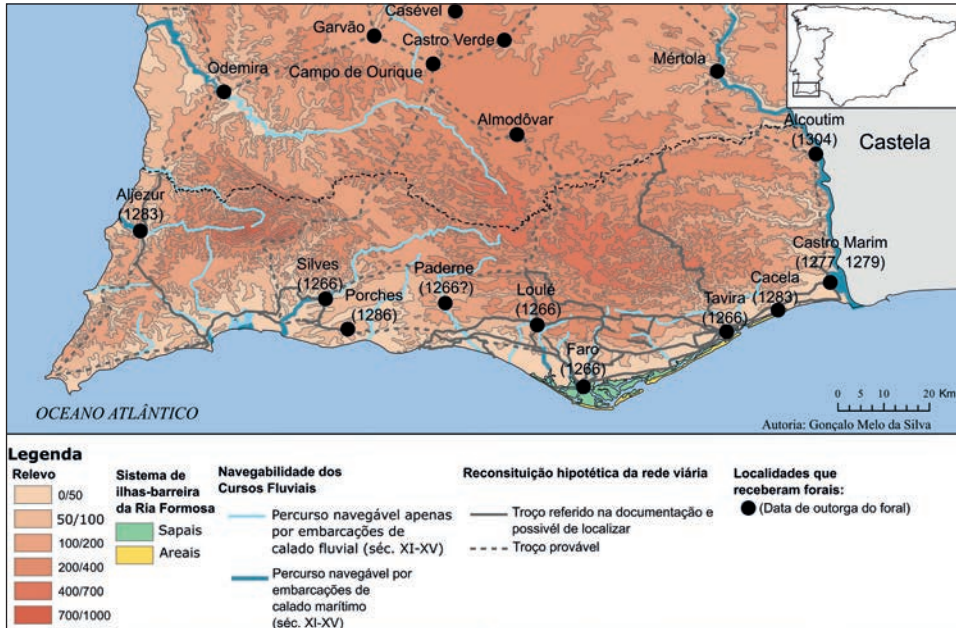


Fig. 5 – Forais Régios outorgados aos centros urbanos do Algarve (1264-1304).

Os textos foralengos outorgados no Algarve, tal como em outros casos localizados a sul do Tejo, seguiam o modelo do foral de Lisboa (1179), sendo única exceção, o caso de Alcoutim, a nova póvoa situada na fronteira com Castela, que recebeu o modelo de Évora (1166)⁶⁴, provavelmente por as suas normas, ao contrário das restantes⁶⁵, representarem uma carga fiscal menor, capaz de contrabalançar os momentos de perigo e instabilidade que a fronteira trazia e estimular o seu rápido povoamento. Tal reforçava ainda o poder da Coroa sobre as instituições concelhias e, assim, garantira a inserção da povoação sob a órbita régia.

A Coroa privilegiava o modelo foralengo de Lisboa certamente por haver sido aplicado, com sucesso no passado recente, a povoações e núcleos urbanos portuários recém-conquistados, com populações heterogéneas e que passaram a

⁶³ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e PIMENTA, Maria Cristina – “Castro Marim: uma comenda da Ordem de Cristo”. *Cadernos Históricos* 3 (1992), p. 63.

⁶⁴ BARBOSA, Isabel Maria Lago – “D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder”. In *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: CML, 1989, pp. 152-155; REIS, António Matos – *História dos municípios (1050-1383)*, pp. 378-382, 389.

⁶⁵ REIS, António Matos – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 155, 172.

localizar-se na linha de fronteira terrestre e marítima contra o poderio muçulmano, como Almada (1190)⁶⁶. De facto, o paradigma de 1179 (Santarém, Lisboa, Coimbra) era o que mais valorizava e beneficiava as gentes do mar, conferindo ao alcaide, a dois escudeiros e a um petintal de cada navio, o estatuto de cavaleiro e estipulando ainda que os peões não poderiam ser obrigados a servir nas embarcações contra sua vontade⁶⁷.

Pretendia-se assim enquadrar sob as mesmas condições quase todos os núcleos urbanos da região, embora aqui ou ali se pudessem encontrar algumas especificidades locais, como no caso de Castro Marim a imposição de um imposto sobre a saída do vinho (1277)⁶⁸, possivelmente devido à posição privilegiada que a localidade ocupava nos eixos de circulação da região, como referimos anteriormente. No entanto, ao contrário do que aconteceu noutras localidades que receberam o foral de Lisboa, as cartas de foral outorgadas aos centros urbanos algarvios possuíam poucas isenções fiscais, nomeadamente a jugada do pão⁶⁹, a lutuosa, os cavões e a portagem sobre o vinho de fora que viesse por mar⁷⁰, sendo as únicas exceções Cacela e Castro Marim, como veremos mais adiante. No ato de concessão do foral, poderia a Coroa considerar que estes núcleos urbanos não necessitavam de mais isenções fiscais para se desenvolverem? Ou pensaria que não poderia abrir mão de mais impostos e receitas que ajudassem a custear a manutenção do seu aparelho administrativo, cada vez mais em crescimento?

Embora a documentação compulsada não nos permita responder claramente a estas interrogações, parece ser certo que a Coroa sentiu, por vezes, a necessidade de ampliar as isenções fiscais nos forais atribuídos a fim de garantir o povoamento e o desenvolvimento. Desde logo, em 1268, dois anos após a concessão dos primeiros forais, D. Afonso III isentou os concelhos de Faro, Silves, Loulé, Tavira e Paderne do pagamento das *oytavam de vino et de lino quam dabant pro jugada*⁷¹.

⁶⁶ REIS, António Matos – Origens dos municípios portugueses, pp. 172-173.

⁶⁷ REIS, António Matos – Origens dos municípios portugueses, pp. 166. Além disso, o modelo de Lisboa enumerava um conjunto de atividades e produtos a serem taxados maior do que o registado noutros forais, como o de Évora, verificando-se o mesmo no elenco de crimes e coimas a pagar pelos infratores. REIS, António Matos – Origens dos municípios portugueses, pp. 172.

⁶⁸ BARBOSA, Isabel Maria Lago – “D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder”, p. 159.

⁶⁹ Leia-se sobre este imposto: MERÊA, Manuel Paulo – “Reflexões e sugestões sobre a origem da ‘jugada’”. In *Novos Estudos de História do Direito*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1937, pp. 83-100; GONÇALVES, Iria – “Jugada”. In SERRÃO, Joel (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d., p. 415.

⁷⁰ BARBOSA, Isabel Maria Lago – “D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder”, pp. 156-160.

⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Vol 1: Livro I, 2006, pp. 432-433.

Com efeito, Cacela (1282)⁷² e Castro Marim (1283), à semelhança do que sabemos ocorrer noutros núcleos urbanos ao longo da fronteira⁷³, foram as únicas localidades que viram os seus privilégios e isenções fiscais serem alargados logo nos forais outorgados⁷⁴, devido à preocupação que a Coroa sentia em fixar, clarificar e transmitir o conjunto de pontos e linhas que separavam os dois reinos vizinhos, tornar mais firme e segura a ocupação destes espaços e, por fim, contrariar quaisquer tendências adversas provenientes de Castela à afirmação do seu poder sobre estas áreas e os seus habitantes. No foral de 1282, D. Dinis autorizava os moradores de Cacela a construírem fornos de pão e a cozerem o pão onde quisessem, a produzirem e comercializarem o sal onde desejassem, desde que pagassem a quarta parte para o rei e não o vendessem no Algarve, por razões que ainda não conseguimos esclarecer, e ainda, isentava o pescado que viesse de fora de pagar a dízima, ficando apenas obrigado a pagar a portagem⁷⁵, determinações que incluiu no foral novo outorgado em 1283 a Castro Marim⁷⁶.

Nas cartas de foral outorgadas, a Coroa reservava para si o domínio dos instrumentos de produção, como as azenhas, os moinhos e os fornos de pão, salvo em Cacela e Castro Marim, bem como a posse das propriedades agrícolas ou urbanas que haviam pertencido aos antigos reis sarracenos ou as mais rendosas, como as casas e a horta que foram Aben Falilia situadas em Tavira ou a adega que pertenceu ao deão de Braga localizada em Loulé, o controlo de diversos direitos, especialmente os associados às atividades marítimo-fluviais, como o monopólio da pesca da baleia, e da gestão das estruturas de abastecimento dos centros urbanos, como os açougues, as fangas ou a venda do sal, mas uma vez mais exceto em Castro Marim e Cacela⁷⁷. Os monarcas garantiam, assim, um

⁷² Em 1304, a fundação de Alcoutim cristaliza a posição secundária que Cacela vinha adquirindo na estratégia fronteiriça da Coroa desde a fundação (1271) e outorga de foral a Castro Marim (1277). OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago e a conquista de Alcoutim”, pp. 6-11; OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)”, pp. 99-100.

⁷³ Sendo a bibliografia sobre esta temática já um pouco extensa, limitamo-nos a mencionar apenas alguns exemplos: GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987. GOMES, Rita Costa – “A Construção das fronteiras”. In BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1989, pp. 357-382; *As relações de fronteira no século de Alcañices. Actas da IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. 2 vols. Porto: FLUP, 1998; ANDRADE, Amélia Aguiar – “Fronteira e rede urbana: um aspeto da estratégia régia de consolidação do espaço do Portugal medievo”. In *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 24-50. Leia-se da mesma autora a sua tese de doutoramento que temos vindo a citar.

⁷⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 45-45v, 78-78v.

⁷⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 78-78v.

⁷⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 45-45v.

⁷⁷ BARBOSA, Isabel Maria Lago – “D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder”, pp. 156-160; *O foral de Porches*. Edição de Maria de Fátima BOTÃO, transcrição e tradução de Saul António GOMES. Faro: Algarve em Foco Editora, 1989; *O foral antigo de Aljezur*. Edição de Fernando Calapêz Corrêa. Aljezur: Edição de I Encontro de Colectividades do Concelho, 1992; *Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. Vol I: *Livro I*, 2006, pp. 241-245, 414-421; A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 44v-46, 77v-79.

conjunto de rendimentos considerável capaz de ajudar a custear a manutenção e o crescimento da sua máquina administrativa⁷⁸. No século XIII, a Coroa concedeu aos núcleos urbanos do Algarve, tal como em outras localidades⁷⁹, termos com potencialidades económicas capazes de garantirem o seu abastecimento e, se possível, a sua prosperidade⁸⁰.

Durante as duas fases de outorga de forais ou, até mesmo, nos anos que se lhes seguiram, tal como noutros locais⁸¹, é ainda possível detetar outras ações tomadas pelo poder régio para garantir o povoamento e desenvolvimento da rede urbana portuária através, por exemplo, da urbanização do arrabalde próximo da Horta del Rei, em Loulé (1281)⁸², da outorga de privilégios aos concelhos e às *gentes de mar*, como a regulamentação dos atos de penhoras⁸³ ou a concessão ao alcaide do mar e aos marinheiros de Tavira dos foros e privilégios do alcaide e marinheiros de Lisboa (1282)⁸⁴, de cartas de foral às comunidades de mouros foros mais significativas (Silves, Loulé, Faro e Castro Marim)⁸⁵, a valorização económica dos novos centros urbanos através da realização de contractos de exploração de propriedades urbanas e rurais, como ocorrem em Loulé⁸⁶, a defesa do território através do aperfeiçoamento de cercas, como as obras feitas por D. Dinis na de Tavira⁸⁷, bem como na articulação da rede urbana portuária algarvia com os

⁷⁸ BARBOSA, Isabel Maria Lago – “D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder”, pp. 159-160.

⁷⁹ Veja-se para os núcleos urbanos a sul do reino: FERNANDES, Hermenegildo – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*. Lisboa: FCSH/UNL. 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval, pp. 35-42; BEIRANTE, Maria Ângela – Évora na Idade Média. Lisboa: FCG-JNICT, 1995, pp. 27-37; PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 52-54; CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*, pp. 153-156.

⁸⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 78v, 270v-271.– *Chancelaria de D. Dinis*. Vol. II. Edição Rosa Marreiros, pp. 103-105.

⁸¹ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre-Lima-e-Minho medieval*, pp. 335, 337, 344-347, 351.

⁸² BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval*, pp. 110, 113.

⁸³ D. Dinis proíbe a penhora dos bens dos moradores de Tavira (c. 1303), Faro (1303), Alcoutim (1303) e Silves (1304) por dívidas, salvo se fossem para com o monarca, mas o cumprimento do privilégio nem sempre parece ter sido fácil. No entanto, em 1307, D. Dinis parece sentir a necessidade de clarificar este privilégio em Alcoutim, determinando que os juízes da vila seriam os únicos a poderem demandar os povoadores por dívidas e que as dívidas, caso as houvesse, deveriam ser pagas pelos bens que os povoadores tinham na póvoa e no seu termo. ACMT, *Reforma dos Tombos, tomo 1*, fl. 88v (cópia não medieval); A.N.T.T., *Leitura Nova, Odiana*, liv. 2, fl. 296v; IRIA, Alberto – *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (subsídios para a sua história)*. Lisboa: APH, 1982, p. 93; *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Organização e revisão João José Alves Dias. Vol. II. Tomo III: (1391-1407). Lisboa: CEH, 2005, pp. 100-101.

⁸⁴ MARQUES, João Martins da Silva (ed.) – *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. 2ª ed. Vol. I. Lisboa: INIC, 1988, p. 17.

⁸⁵ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*, p. 290.

⁸⁶ BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval*, pp. 110-118.

⁸⁷ MARTINS, Susana Palma – *Evolução urbana da cidade de Tavira: entre a fundação e o fim da idade moderna*. Coimbra: FAUC. 2009. Tese de Mestrado em Arquitetura, pp. 95, 97; CAVACO, Sandra – *O arrabalde da Bela Fria. Contributos para o estudo da Tavira Islâmica*. Faro: FCHS/UALg e CAM. 2011. Dissertação de Mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo, pp. 62-81.

principais eixos viários inter-regionais, como ilustra a criação da primeira feira na vila de Loulé⁸⁸ (1291).

As Ordens Militares, à semelhança do rei, mas também do que praticavam noutros lugares do reino e fora dele, favoreceram a urbanização dos seus territórios⁸⁹, mas no caso das vilas portuárias algarvias, tal como para outros núcleos urbanos, a documentação compulsada revela-se escassa e muito omissa sobre a sua ação no século XIII e princípios do século XIV. Não obstante, as estratégias das Ordens para promover as suas vilas parecem não diferir muito da régia, como sugere a relação da Ordem de Avis com a sua vila de Albufeira. O cadastro atual do núcleo urbano, muito alterado pelo homem e pelo tempo, deixa transparecer um processo de loteamento que o deixou com ruas perpendiculares ao mar e paralelas entre si⁹⁰. Desconhecemos o ano em que a Ordem terá outorgado foral a Albufeira e os direitos que exercia sobre a vila, mas, em 1410, por uma composição entre a Ordem e a vila Albufeira, ficamos a saber que a milícia reservara anteriormente para si o domínio de instrumentos de produção na vila e no termo, como os fornos de pão⁹¹.

Conclusão

À morte de D. Dinis, a rede urbana portuária do Algarve contava com uma cidade, Silves, e nove vilas – Aljezur, Porches, Albufeira, Loulé, Faro, Tavira, Cacela, Castro Marim e Alcoutim – forjadas numa relação entre as potencialidades geográficas da região, a herança urbana do passado e os interesses dos novos poderes presentes, sobretudo da Coroa (**Fig. 6**). Até aos últimos decénios medievais, a rede urbana portuária do Algarve assistiu paulatinamente a um processo, nem sempre linear, de formação e crescimento de novos núcleos urbanos, especialmente, à custa de Silves e do seu antigo termo, mas esse e outros temas esperamos poder explorar brevemente na nossa tese de doutoramento.

⁸⁸ BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval*, pp. 118-119.

⁸⁹ Leia-se sobre isso: OLIVEIRA, Luís Filipe – “As Ordens Militares e as Cidades”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*: Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 9-20; TRINDADE, Luísa – “Ordens urbanas ou Ordens de rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) *Comendas Urbanas das Ordens Militares*: pp. 85-119; CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres militaires dans la ville médiévale, 1100-1350*. Clermont-Ferrand: PUBP, 2014.

⁹⁰ TRINDADE, Luísa – “Ordens urbanas ou Ordens de rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”, pp. 112-113.

⁹¹ CUNHA, Maria Cristina; PIMENTA, Maria Cristina – “A comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem”. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: UAlg/CML, 1987, pp. 341-345.

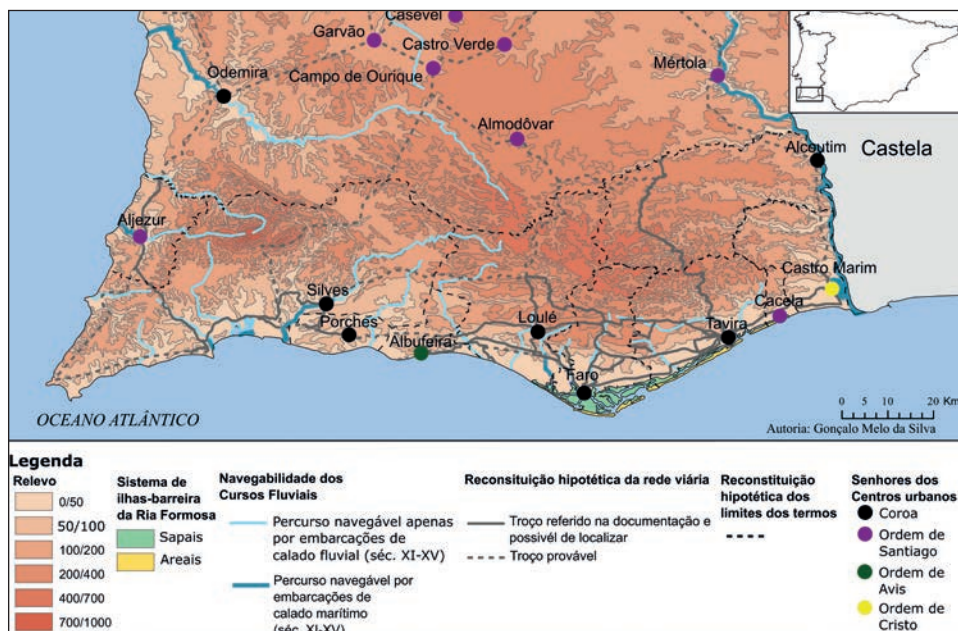


Fig. 6 – Rede urbana do Algarve em 1325.

Por agora, limitamo-nos a deixar a algumas questões ou considerações finais que o caso algarvio suscita e que pretendemos contribuir para responder na tese, mas que talvez algumas fiquem sem resposta: A passagem para o domínio cristão provocou uma profunda reformulação na composição e hierarquia das redes urbanas portuárias herdadas do período muçulmano? O mar e os contactos comerciais que potencia levaram os centros urbanos portuários a unirem-se contra os seus senhores para defenderem os seus interesses? Uma rede urbana portuária formada por vilas e cidades de pequena e média dimensão, como a do Algarve, pode competir ou, até mesmo, equiparar-se a nível político, social, económico e cultural a uma cidade portuária grande, como Lisboa ou Sevilha?

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

- A.N.T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, 3.
 A.N.T.T., *Gaveta V*, maço 4, nº 1, 4 e 6.
 A.N.T.T., *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*.
 A.N.T.T., *Leitura Nova, Direitos Reais*, liv. 2.
 ACMT, *Reforma dos Tombos*, tomo 1.
 A.N.T.T., *Leitura Nova, Odiana*, liv. 2.
 A.N.T.T., *Ordem de Avis/Convento de São Bento*, Documentos relativos a administração patrimonial, instituição de capelas, igrejas, visitações e concessões individuais várias, maço 3, nº 292 (1305).

Fontes impressas

- Chancelaria de D. Afonso III*. Edição de Leontina Ventura e António Resende de Oliveira. 2 vols. Coimbra: IUC, 2006-2011.
- Chancelarias portuguesas: D. Pedro I*. Edição de A. H. de O. MARQUES. Lisboa: CEH, 1984.
- Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*. Edição de João Martins da Silva Marques. 3 vols. 2ª ed. Lisboa: INIC, 1988.
- Chancelaria de D. Dinis*. Edição de Rosa Marreiros. Vol. 2. Coimbra: Palimage/CHSC, 2012.
- Duas Descrições do Algarve do Século XVI*. Edição de Joaquim Romero de Magalhães; Manuel Viegas Guerreiro. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- Monumenta Henricina*. Edição de António Joaquim Dias Dinis. XV vols. Coimbra: Atlântida, 1960-1974.
- Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: a “Descrição” de Alexandre Massaii (1621)*. Prefácio de Lívio da Costa Guedes. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988.

O foral de Porches. Edição de Maria de Fátima Botão, transcrição e tradução de Saul António Gomes. Faro: Algarve em Foco Editora, 1989.

O foral antigo de Aljezur. Edição de Fernando Calapêz Corrêa. Aljezur: Edição de I Encontro de Colectividades do Concelho, 1992.

Chancelarias portuguesas: D. João I. Organização e revisão João José Alves Dias. Vol. II. Tomo III: (1391-1407). Lisboa: CEH, 2005.

IRIA, Alberto – *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (subsídios para a sua história)*. Lisboa: APH, 1982.

Estudos

ANDRADE, Amélia Aguiar – “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (coords.) – *Ciudades y villas portuarias del Atlântico en La Edad Media*. Nájera: IER, 2004, pp. 57-89.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões”. *Historia, Instituciones. Documentos* 35 (2008), pp. 9-24.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “Fronteira e rede urbana: um aspeto da estratégia régia de consolidação do espaço do Portugal medievo”. In *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 24-50.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre-Lima-e-Minho medieval*. Lisboa: FCSH-UNL. 1994. Tese de Doutoramento em História da Idade Média.

ARRUDA, Ana Margarida – “A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias”. *Xelb – Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História* 7 (2007), pp. 115-130.

As relações de fronteira no século de Alcañices. Actas da IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. 2 vols. Porto: FLUP, 1998.

- AVELINO, Andreia Filipa Glória – *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*. Faro: FCHS/UAAlg. 2015. Dissertação em Arqueologia – Especialização em Teoria e Métodos da Arqueologia.
- BARBOSA, Isabel Maria Lago – “D. Afonso III, forais algarvios e fortalecimento do poder”. In *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: CML, 1989, pp. 151-162.
- BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG-JNICT, 1995.
- BERNARDES, João Pedro – *Carta Arqueológica do Concelho de Faro – Relatório Final*. Faro: CMF, 2008.
- BLOCKMANS, Willem; VAN VOSS, Lex Heerma – “Urban networks and emerging states in the North Sea and Baltic Areas: a maritime culture?”. In RODING, Juliette; VAN VOSS, Lex Heerma (eds.) – *The North Sea and culture (1550-1800)*. Hilversum: Verloren, 1996, pp. 10-20.
- BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura – IPPAR, 2003.
- BOTÃO, Maria de Fátima – *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.
- BRANCO, Maria João – *D. Sancho I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- BRANDÃO, Raul – “Noções Geográficas”. In DIONÍSIO, Sant’ Anna (coord.) – *Guia de Portugal*. Vol. II: *Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: FCG, 2011, pp. 188-190.
- BRANDÃO, Raul e CORTESÃO, Jaime – “Flora e culturas; aspeto da vegetação”. In DIONÍSIO, Sant’ Anna (coord.) – *Guia de Portugal*. Vol. II: *Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: FCG, 2011, pp. 198-200.
- CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres militaires dans la ville médiévale, 1100-1350*. Clermont-Ferrand: PUBP, 2014.

- CASTRO, Armando de – *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Vol. IV. Lisboa: Portugalia, 1966.
- CASTRO, Armando de – *História Económica de Portugal*. 3 vols. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- CATARINO, Helena – “O Algarve oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados”. *Al-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé* 6 (1997-1998).
- CAVACO, Carminda – *O Algarve Oriental: as vilas, o campo e o mar*. 2 vols. Faro: Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, 1976.
- CAVACO, Sandra – *O arrabalde da Bela Fria. Contributos para o estudo da Tavira Islâmica*. Faro: FCHS/UAlg; CAM. 2011. Dissertação de Mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo.
- CEIA, Filipe Rafael Ceia *et alii*. – “Coastal vulnerability in barrier islands: The high risk areas of the Ria Formosa (Portugal) system”. *Ocean and Coastal Management* 53/8 (2010), pp. 478-486.
- CHITTOLINI, Giorgio – “Urban Population, Urban Territories, Small Towns: Some Problems of Urbanization in Northern and Central Italy (Thirteenth-Sixteenth Centuries)”. In HOPPENBROUWERS, P. C. M *et alii* (eds.) – *Power and persuasion essays on the art of state building in honour of W.P. Blockmans*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 238-239.
- CLARK, Peter – “Introduction”. In CLARK, Peter (ed.) – *Small towns in early modern Europe*. Cambridge: CUP, 2002, pp. 1-21.
- CCDRA – *Plano Regional de Ordenamento do Território. Anexo H: Recursos Hídricos, Planeamento e Gestão do Recurso Água*. S.l.: [s.n.], 2004.
- CORREIA, Fernando Branco – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS-EU, 2013.
- CORVO, Alberto Corvo – “Tavira litoral, território em mudança”. In QUEIROZ, Jorge; MANTEIGAS, Rita (coord.) – *Tavira, patrimónios do mar*. Lisboa: CMT, MMT, 2008, pp. 17-33.

- COSTA, Adelaide Millán – “Quand les médiévistes arrivent aux petites villes”. In COSTA, Adelaide Millán (ed.) – *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: perspectives de recherche*. Lisboa: IEM, 2013, pp. 145-148.
- CUNHA, Maria Cristina e PIRMENTA, Maria Cristina – “A comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do século XV: breve abordagem”. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: UAlg, CML, 1987, pp. 305-347.
- CUNHA, Mário – *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Porto: FLUP, 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval.
- DIAS, João Alveirinho – “Aspectos geológicos do Litoral Algarvio”. *Geonovas* 10 (1988), pp. 113-128.
- DIAS, João Alveirinho Dias – “A História da Evolução do Litoral Português nos Últimos Vinte Milénios”. In TAVARES, António Augusto *et alii* (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia: actas do Colóquio, Lisboa, 3 e 4 de junho de 2004*. Lisboa: UAb, 2004, pp. 157-170.
- DYER, Christopher – “Small towns 1270-1540”. In PALLISTER, David M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*. Vol. I: 600-1540. Cambridge: CUP, 2000, pp. 505-537.
- FERNANDES, Hermenegildo – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*. Lisboa: FCSH/UNL, 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval.
- FLETCHER, William J. *et alii* – “Palynological evidence for environmental and climatic change in the lower Guadiana valley, Portugal, during the last 13 000 years”. *The Holocene* 17 (2007), pp. 481-494.
- FONSECA, Luís Adão da; PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor – “Algumas considerações sobre o comércio externo algarvio na época medieval”. In *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: UAlg/CML, 1987, pp. 61-89.

- FONTES, João Luís – “A Expansão Medieval”. In BERNARDES, João Pedro; OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Vinha e o Vinho no Algarve. O renascer de uma velha tradição*. Faro: CCDR Algarve, 2006, pp. 25-53.
- FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006.
- GOMES, Carlos José Pinto; FERREIRA, Rodrigo J. P Paiva – *Flora e vegetação: Barrocal Algarvio, Tavira – Portimão*. S.l.: CCDRA, 2005.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- GOMES, Rita Costa – “A Construção das fronteiras”. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.) – *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1989, pp. 357-382.
- GOMES, Sandra Rute Fonseca – *Territórios medievais do pescado do reino de Portugal*. Coimbra: FLUC. 2011. Tese de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade.
- GONÇALVES, Iria – “Jugada”. In SERRÃO, Joel (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d., p. 415.
- GONÇALVES, Maria José – *Silves islâmica – a muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Faro: FCHS/UALG. 2008. Dissertação de Mestrado em Teoria e Métodos da Arqueologia.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X y Portugal. Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes* 4 (2004-2005), pp. 19-34.
- LAUTENSACH, Hermann – “Os rios e os processos de erosão”. In RIBEIRO, Orlando *et alii* – *Geografia de Portugal*. Vol. II: *O Ritmo climático e a Paisagem*. 4ª edição. Lisboa: Edições J. Sá da Costa, 1999, pp. 467-482.
- LUZ, Cecília Isabel Teles – *Variações Sazonais das Associações de Foraminíferos e Ostracodos da Plataforma Continental Algarvia: avaliação da influência do upwelling costeiro*. Lisboa: FCUL. 2011. Dissertação de Mestrado em Geologia do Ambiente, Riscos Geológicos e Ordenamento do Território.

- MAGALHÃES, Joaquim Romero de – *Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.
- MANTAS, Vasco Mantas – “As Civitates: Esboço da Geografia Política e Económica do Algarve Romano”. In BARATA, Maria Filomena (coord.) – *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPA, 1997, pp. 283-365.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “Les villes portugaises au Moyen Âge (XIV^e-XV^e siècles)”. In CARON, Marie-Thérèse *et alii* (eds.) - *Villes et sociétés urbaines au Moyen Âge. Hommage à Monsieur le Professeur Jacques Heers*. Paris: PUS, 1994, pp. 105-112.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. 2^a Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV. *Nova História de Portugal*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MARTINS, Susana Palma – *Evolução urbana da cidade de Tavira: entre a fundação e o fim da idade moderna*. Coimbra: FAUC. 2009. Tese de Mestrado em Arquitetura.
- MENDES, António Rosa Mendes (coord.) – *Castro Marim, Baluarte Defensivo do Algarve*. Castro Marim: CMCM, 2010.
- MERÊA, Manuel Paulo – “Reflexões e sugestões sobre a origem da ‘jugada’”. In *Novos Estudos de História do Direito*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1937, pp. 83-100.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago e a conquista de Alcoutim”. In *O Foral de D. Dinis e Alcoutim Medieval e Moderno. Actas*. Alcoutim: CMA, 2004, pp. 6-11.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “A Ordem de Santiago em Portugal: a conquista das terras do sul (sécs. XII-XIII)”. *Cuadernos de Estepa* 3 (2014), pp. 89-102.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “As Ordens Militares e as Cidades”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 9-20.

- PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L' Occident d' al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- REIS, António Matos – *História dos municípios (1050-1383)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- REIS, António Matos – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- RIBEIRO, Orlando – “A posição geográfica”. In RIBEIRO, Orlando *et alii* – *Geografia de Portugal*. Vol. I: *A posição geográfica e o território*. 4^a edição. Lisboa: Edições J. Sá da Costa, 1999, pp. 3-24.
- RIBEIRO, Orlando – “Portugal e o ‘Algarve’. Singularidade do nome de uma província”. *Boletim de Filologia* XIV/3-4 (1954), pp. 330-339.
- RODRIGUES, Sandra – *As vias romanas do Algarve*. Faro: CEPUA, 2004.
- SILVA, Isabel Morgado de Sousa e PIMENTA, Maria Cristina – “Castro Marim: uma comenda da Ordem de Cristo”. *Cadernos Históricos* 3 (1992), pp. 62-93.
- SILVEIRA, Ana Cláudia – “Les villes portuaires au Portugal médiévale: perspectives de recherche”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán (coords.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: IEM, 2013, pp. 185-200.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica del norte peninsular en la Edad Media”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual Martínez (eds.) – *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor Julio Valdeón*. Vol. I. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2009, pp. 485-502.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português”. In TAVARES, António Augusto *et alii* (eds.) – *Evolução*

geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia : actas do Colóquio, Lisboa, 3 e 4 de junho de 2004. Lisboa: UA, 2004, pp. 451-515.

TELES, Francisco Xavier da Silva – “As zonas de pastagem”. In DIONÍSIO, Sant’ Anna (coord.) – *Guia de Portugal*. Vol. 2: *Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: FCG, 2011, pp. 190-196.

TORRES, Cláudio – “Al Gharb”. In BARATA, Maria Filomena (ed.) – *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPA, 1997, pp. 431-447.

TRINDADE, Luísa – “Ordens urbanas ou Ordens de rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*: Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 85-119.

VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

VIEGAS, CATARINA – “Ritmos do povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico”. *O Arqueólogo Português* série V – 1 (2011), pp. 15-204.

VILA-CONCEJO, A. *et alii* – “Recent Evolution of the Natural Inlets of a Barrier Island System in Southern Portugal”. *Journal of Coastal Research* 36 (2002), pp. 741-752.

VILAR, Hermínia – “Entre o rei, o bispo e a ordem de Santiago: Loulé e o reino do Algarve (séc. XIII-XIV)”. *Al’ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé* 15 (2015), pp. 77-87.

Os textos iniciais, a cargo de grandes especialistas que impulsionaram e têm vindo a desenvolver os estudos comparativos sobre este objecto de estudo, traçam o estado da arte, apresentam metodologias e lançam pistas de interpretação. De seguida, o percurso por alguns centros urbanos europeus de média e pequena dimensão privilegia múltiplos olhares, focados quer na sua materialidade, na organização do espaço, nas funções económicas, no domínio jurisdicional, nas suas elites (incluindo as representações que estas constroem) e, finalmente, nos fluxos em que se integram.

Esta multiplicidade de olhares é devida não apenas às diferentes matérias abordadas – expressas nas categorias em que o volume se estrutura – mas também à diversa formação científica dos autores, à alargada cronologia das análises realizadas e à relativa abrangência geográfica considerada. Com efeito, os textos são produzidos por arqueólogos, historiadores, historiadores de arte e urbanistas, o período considerado estende-se desde a Alta Idade Média ao início dos Tempos Modernos e os centros urbanos examinados localizam-se, essencialmente, na Península Ibérica e em França.

Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Apresentação

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

